

**Diário Notícias**

10-11-2011

Periodicidade: Diário**Classe:** Informação Geral**Âmbito:** Nacional**Tiragem:** 56361**Temática:** Justiça**Dimensão:** 736**Imagem:** S/Cor**Página (s):** 1/15

Médico julgado por burlar Estado em 542 mil euros

ACUSAÇÃO Ministério Público questiona jornadas de trabalho de 144 horas, viagens e jantares para dezenas de pessoas que médico terá cobrado ao SNS. Julgamento começa dia 30. **PAÍS** PÁG. 15

Médico julgado por burla de 542 mil euros ao SNS

Acusação. Ministério Público questiona jornadas de trabalho de 144 horas, viagens e jantares

ANA MAIA

Viagens a Paris, Luanda e Cabo Verde, jantares para 70 pessoas e horas extraordinárias que chegaram a seis dias seguidos na escala das urgências. Tudo cobrado ao Hospital de São José, em Lisboa. É esta a fundamentação que o Ministério Público (MP) usa para acusar o neurologista Machado Cândido dos crimes de burla qualificada e falsificação de documento, cujo julgamento está marcado para dia 30. Em causa estão 542 mil euros que o médico alegadamente cobrou de forma indevida ao Estado, e que pode ter de devolver se for considerado culpado.

"Não é uma situação muito comum, um valor tão alto tendo apenas um médico como arguido. Normalmente são situações que envolvem mais do que uma pessoa", disse ao DN fonte do Ministério Público (MP). "Se a prova documental for confirmada, no mínimo o que se espera é uma pena de prisão suspensa e a obrigação de devolver o dinheiro. Mas este é um crime possível de ser punido com pena de prisão efectiva", referiu a mesma fonte.

O caso remonta a 2004 e as alegadas irregularidades prolongaram-se até 2007. Segundo a acusação do MP, a que o DN teve acesso, Machado Cândido — na altura director do serviço de Neurologia do Centro Hospitalar de Lisboa Central (CHLC), que incluiu o Hospital de São José — cobrou de "forma indevida" 532 mil euros de horas extras, 4798 euros de reembolsos por viagens e 4410 euros de pagamentos de jantares.

Os crimes pelos quais está acusado podem ser punidos com pena de prisão entre os dois e os oito anos. No despacho, a acusação fala de "ausência de arrependimento demonstrada pelo arguido" e considera que este "agiu livre, voluntária e conscientemente". O MP propôs que fosse aplicada ao médico "a medida de coacção de suspensão do exercício da profis-



Administração confirma que neurologista continua a trabalhar no hospital

são" no CHLC e justifica o pedido com "o perigo de continuação da actividade criminosa".

Um pedido rejeitado pela juíza que analisou o processo. "A proposta foi indeferida", confirmou ao DN Eduardo Allen, advogado de Machado Cândido. O médico continua a trabalhar no hospital "exercendo as funções de neurologista e neurofisiologista", confirmou ao DN a administração, por e-mail.

No entanto, já não tem respon-

sabilidades na elaboração das escalas de serviço, apurámos.

Os argumentos da defesa só serão revelados mais tarde. "A contestação só será revelada no decorrer do julgamento. É um processo que tem mais de 20 testemunhas, uma grande parte documental baseada nas acções da Inspeção-geral das Actividades da Saúde [IGAS] e Inspeção-geral das Finanças", disse ao DN o advogado do médico.

Mais de 120 horas seguidas

Segundo o despacho do MP, Machado Cândido fez-se valer da sua posição como director de serviço. O documento refere que ele próprio assinava o papel dos turnos das urgências, assinalando o início e fim do seu período de trabalho, que chegou a ter 72, 96, 120 e 144 horas seguidas.

Salienta o MP que é "humanamente impossível realizar turnos com a duração registada pelo ar-

OUTRAS FRAUDES

COMPARTICIPADOS A 100%

► **Janeiro de 2011** A PJ deteve oito farmacêuticos e distribuidores por suspeita de formarem uma rede que simulava a compra de remédios comparticipados a 100% para depois os vender nas farmácias. O Estado terá sido lesado em dois milhões de euros.

FARMÁCIAS E MÉDICOS

► **Julho de 2009** Seis farmácias, quatro funcionários de administrações regionais de saúde, vários médicos do SNS e delegados de informação médica foram alvo de processos-crime e inquéritos disciplinares por suspeita de burla e falsificação de receitas.

FALSIFICAÇÃO DE RECEITAS

► **Dezembro de 2009** Um casal de farmacêuticos de Santiago do Cacém foi constituído arguido pela PJ por burlar o Estado em 700 mil euros, através da falsificação de receitas.

BURLA DE 2,3 MILHÕES

► **Julho de 2006** Seis pessoas foram condenadas a penas entre os quatro anos e três meses por terem burlado o SNS em 2,38 milhões de euros. Dois foram condenados a penas efectivas.

guido". Além disso, algumas destas horas eram coincidentes com viagens e férias.

Já antes, as suspeitas de fraude com dinheiro público tinham dado origem a uma queixa na PSP, uma acção da Ordem dos Médicos e a uma investigação da IGAS. Esta última determinou uma pena de suspensão de 240 dias ao médico — que acabou por ser atenuada pelo Ministério da Saúde após recurso do neurologista — e com a indicação de devolução do dinheiro.

Enquanto durou a investigação da IGAS, o actual Conselho de Administração do CHLC nomeou o clínico, em Fevereiro de 2009, coordenador da unidade funcional de neurofisiologia. A administração não comenta o julgamento, mas diz que "sempre cumpriu as determinações e recomendações emanadas de todos os órgãos competentes que tiveram intervenção neste caso, nomeadamente a devolução da verba em questão".

PERFIL

Seis anos na direcção da Ordem dos Médicos

► **Joaquim Machado Cândido** é médico desde 1973. Tirou a especialização em 1981 nos Hospitais da Universidade de Coimbra, oito anos depois de ter terminado o curso de Medicina em Lisboa. Neurologista no Hospital de São José, entre 1992 e 1998 foi também membro da

Direcção Nacional da Ordem dos Médicos. Divide o seu tempo entre a medicina e um negócio de família de produção e comercialização de produtos agrícolas e turismo rural. O negócio já pertencia ao pai, que o passou ao médico e agora este aos filhos.



CRONOLOGIA

	18/01/2004	14/02/2005	26/08/2005	16/12/2005	01/02/2010	26/10/2009	01/02/2010
Alegadas irregularidades, que começaram em 2004, vão estar em tribunal no final do mês	Deslocação a Paris, alegadamente por motivos profissionais, onde terá permanecido quatro dias. Recebeu mais de 600 euros de ajudas de custo.	Deslocação a Cabo Verde. Em Agosto viajou até Luanda e em Setembro foi a Paris. O hospital reembolsou.	Registou banco de 120 horas seguidas. Já antes, disse ter permanecido nas urgências 144 horas seguidas entre 18 e 24 de Agosto.	Jantar de aniversário da unidade cerebrovascular na Quinta da Ribeirinha, localizada na sede da Tagirural, da qual é sócio. O hospital pagou 1820 euros.	Médico é ouvido pela PSP na qualidade de arguido por crime de peculato por utilização de dinheiro público no exercício da sua actividade.	A Inspeção-Geral das Actividades em Saúde (IGAS) suspende o médico por 240 dias e pede que devolva parte do dinheiro que recebeu.	Após recurso do médico, o Ministério atenua a sanção aplicada pela IGAS e suspende a sua execução por dois anos.